A ALDEIA DE PAUPINA E OUTRAS ALDEIAS

AIRES DE MONTALBO

Postas as coisas a limpo, o que se pode dizer dessa fase missionária no Ceará é o seguinte:

Havia aqui, neste torrão de Iracema, em 1694, exclusão feita da Ibiapaba, seis aldeias de índios, dirigidas pelos jesuítas. Caucaia, Parangaba, Paupina, Paranamirim e mais duas de Jaguariguaras. Isso, consoante informação do chefe paulista, Manuel de Morais Navarro, em 26 de julho de 1694. (Cf. *Rev. do Inst. do Ceará*, tomo 37, pág. 35.) Morais Navarro era, como sabemos, o chefe do têrço de paulistas, que custodiavam certa região do Nordeste, então.

Dois anos mais tarde Pedro Lelou já enumera 7 aldeias, quatro de potiguares (as quatro já citadas) uma nação de tapuias jaguariguaras aldeados, uma nação de paiacus, na ribeira do Jaguaribe e uma tribo de anacés. (Carta de Pedro Lelou de 20 de agôsto de 1696. *Rev. do Inst. do Ceará*, tomo 16, pág. 145.) Para tôdas faltavam missionários, diz o autor da informação.

Serafim Leite, o grande historiador jesuíta, afirma que a responsabilidade do abandono dessas aldeias cabe, em parte, ao mesmo Pedro Lelou e aos outros capitães-mores, por não cumprirem o que deviam. (*Hist.* tomo III, pág. 85, ss.) Isso é o que se infere do testemunho do missionário paulista, João Leite de Aguiar, que veio de São Paulo, em 1689, como capelão do têrço de paulistas, que vieram sujeitar os índios ferozes do Rio Grande do Norte, Açu e Jaguaribe.

Nesse tempo era governador civil do Estado o Arcebispo da Bahia, D. Frei Manuel da Ressurreição. A preocupação de que ao grupo dos paulistas não faltasse capelão, era sua.

O padre João Leite de Aguiar acompanhou, por anos, a tropa de Morais Navarro, até que esta, por falta absoluta de munição, se retirou do Nordeste em 1696, ficando o capelão em Pernambuco, donde

escreveu uma relação a 15 de maio dêsse ano, narrando o que havia feito no seu pôsto e como os capitães-mores, no fundo, hostilizavam as missões.

Esta data não se coaduna, é certo, com o fato de ter Morais Navarro, em 4 de agôsto de 1699, destroçado os paiacus, numa cilada infeliz que lhes armou, num desfiladeiro, por estarem êsses índios impossíveis de manter em ordem.

Foi o padre João Leite de Aguiar, homem experimentado na matéria, o primeiro a pedir Câmara junto à Fortaleza do Ceará; que não se nomeasse, por triênio, capitão-mor, pois para isso bastava um capitão de infantaria de Pernambuco; que os missionários tivessem, nas aldeias, a administração temporal e espiritual dos índios, como é estilo em todo o Brasil.

Em 1713 o Governador de Pernambuco ofereceu aos Padres da Companhia de Jesus duas dessas aldeias. Mas êstes, que as tinham rejeitado já, por não quererem passar vexames, tirando índias indefesas das mãos lascivas de soldados brutais, resistiram quanto puderam ao oferecimento.

Há, de fato, uma denúncia do desembargador Cristóvam Soares Reimão a El-Rei sôbre estarem vários moradores da terra com índias roubadas a seus maridos há quatro, dez, quinze anos. (Cf. *Rev. do Inst. do Ceará,* tomo 27 — 1913 págs. 176-177.)

Sòmente com a fundação do Real Hospício do Ceará, em Aquirás, é que a situação das aldeias, na constelação do Forte, melhorou, sensivelmente, pois êsse colégio era, como sabemos, um centro de irradiação missionária para todo o Nordeste. Por provisão de 22 de outubro de 1735 aos jesuitas foram, por fim, confiadas as 7 aldeias do Ceará, que reduziram, depois, a quatro, consoante se lê no catálogo de 1741, tôdas com a denominação de "nova", quer dizer, fundadas ou assumidas recentemente. E eram: Parangaba, Paupina, Caucaia e Paiacus. (Cf. *Datas e Fatos Para a Hist. do Ceará,* I, 191.)

A cada uma dessas aldeias, se já não tinham, deu El-Rei uma légua de terra em quadro para os índios cultivarem.

Os jesuitas eram, nessa emergência, mesmo contra a sua vontade, os dirigentes civis dessas aldeias — o que lhes acarretou, sempre, graves inconvenientes, como fizeram ver à Côrte. Mas ficaram. O Rei o quis assim, por insinuação do Cardeal da Cunha, par do Reino.

Em dezembro de 1741 os padres tomaram posse da aldeia de Parangaba. Os jesuitas, é claro. Em 1759 Parangaba passou a chamar-se Vila Nova de Arronches, nome que felizmente não pegou. Pegou, com o tempo, o de Porangaba, que, a pedido de Serafim Leite e do Instituto do Ceará, em 1938, foi levemente modificado para Parangaba. E ficou.

No dia de ereção dessa Vila, que foi a 25 de outubro de 1759, supracitado, estêve presente o próprio Ouvidor-Geral de Pernambuco, — Bernardo Coelho da Gama Casco, que constituiu capitão da Vila ao índio João de Sousa Fetal, cuja mulher, Maria Rosa, fêz logo, em

prantos, um prognóstico sinistro sôbre o futuro da Vila, expulsos os jesuítas. Houve um pranto geral do mulherio que assistia à festa; e o Vice de João de Sousa era outro índio, João Soares Algodão.

A mulher de João de Sousa supunha, em seus lamentos, que não correria um ano e o marido já estaria deposto, ou foragido, ou a arranjar dinheiro para se libertar.

O regime dos jesuítas era suave e humano; o regime que o substituiu era absolutamente bárbaro. De fato, conforme um atestado autêntico, passado pelo professor primário, Nicolau Correia Marreiros, que era tabelião da Vila, a 1.º de outubro de 1786 o diretor civil de Arronches, ou seja, de Parangaba, vendeu, como se vende um rebanho de cabritos, quarenta e um meninos e meninas, que retirou à fôrça da escola da Vila. (Cf. Studart, *Notas Para a Hist. do Ceará*, pág. 183). Foi pena não se ter conservado, para eterna execração pública, o nome dêsse feitor de escravos, comerciante de índios livres, que as leis portuguêsas proibiam escravizar e vender desde os tempos do padre Antônio Vieira, no Maranhão. (Cf. S. Leite, *Hist. da Cia. de Jesus no Brasil*, IX, pág. 216, n.º 115.)

Eis o que afirma o supracitado autor: "Perante a ordem jurídica portuguêsa, colocaram-se as raças do Brasil numa balança, com o fiel em Lisboa, em cujos pratos ora preponderava o sentido patriarcal de justiça, representado pelo elemento religioso dos missionários, ora a pressão oceânica dos moradores. Essa política de defesa do indígena, dentro do sentimento racista dos portuguêses, permitiu a sobrevivência do sangue índio, quer em si mesmo, quer no cruzamento com brancos e seus derivados, substrato atual, evidente de considerável massa da população brasileira. (Cf. *As Raças do Brasil Perante a Ordem Teológica, Moral e Jurídica Portuguêsas nos Séculos XVI a XVIII*, Coimbra, 1965, pág. 26.)

Rolaram os tempos. Em 1942 Serafim Leite visitou Parangaba, com intuito histórico e em 1967 o jesuíta português, pe. Ernesto Domingues, técnico em iconografia, comissionado pelo Govêrno português, a visitou também, para ver o que ainda restava, em nossas igrejas, de arte colonial lusa.

O primeiro verificou que a igreja atual já não é a do tempo dos jesuítas (1741-1760); mas dêsse tempo é a imagem de Cristo crucificado, que ainda lá se conserva, com o título popular de Bom Jesus dos Aflitos. (Cf. *Hist.* III, pág. 91).

Ao tempo dos jesuítas e por muito tempo ainda depois, o patrono do lugar era o Senhor do Bonfim. O orago atual é, como outrora, o Bom Jesus dos Aflitos.

Destino semelhante ao de Parangaba é o da aldeia de Caucaia, ainda hoje famosa pelos seus facínoras e valentões. Desde 20 de dezembro de 1741 passou às mãos dos jesuítas, permanecendo êles lá 18 anos seguidos. O patrono do lugar era Nossa Senhora dos Prazeres.

Quando os jesuítas, por ordem de Pombal, foram banidos, em 1759, o nôvo pároco, a 29 de junho dêsse ano, vindo para substituir

os jesuítas, leu a provisão, que o investia das funções paroquiais e simultâneamente o decreto de banimento dos Padres. Isso foi feito, de modo ostensivo e desdourante em tôdas as aldeias, à estação da Missa, *coram populo*.

A aldeia de Caucaia, conforme citação do padre Silveira, contava, no mínimo, 600 índios. A 15 de outubro do mesmo ano passou a chamar-se Vila Nova de Soure, nome português, que perseverou por muito tempo. Hoje é nome esquecido.

Vamos agora e por fim à última das aldeias. Havia, nas redondezas, uma aldeia indígena de nome Paranamirim, sendo seu cura espiritual o padre Luís Jácome. Um castigo, aliás leve, diz o padre Pinheiro, aplicado por êle, Jácome, a um índio rebelde, sublevou contra os Padres tal tempestade e celeuma, que a Junta Missionária de Pernambuco, ciente do fato, decidiu transferir essa aldeia para Paupina, hoje Messejana, tomando conta dela os jesuítas em 1741.

Da aldeia de Paranamirim veio a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que ficou sendo o orago de Paupina.

Ao construírem as casas da nova aldeia, houve grande emulação entre os índios, diz o historiador jesuíta. A nova aldeia ficou assim dividida: de um lado os índios de Paranamirim; do outro lado os índios de Paupina, e uma grande Praça no meio, separando-os. (Cf. Studart, *Duas Memórias*, págs. 41-43.)

Em *Paupina*, ou seja *Messejana*, trabalharam os jesuítas de 1741 até 26 de julho de 1759, quando se retiraram para Aquirás, feito o inventário do que existia na igreja e na Residência dos Padres. Constava segundo Caeiro, de 800 índios. (*)

Como, saídos os Padres, era preciso mudar tudo, para dar certa aparência de novidade às coisas, trocou-se o nome de Paupina por Vila Nova de Messejana a 1.º de janeiro de 1760, topônimo tirado de uma vila portuguêsa situada entre Douro e Trás-os-Montes.

O nôvo diretor da Vila, até então sob a tutela jesuítica, começou a proceder arbitràriamente, como um déspota, sendo seu dever apenas administrar justiça e zelar pelo cumprimento das ordens régias, dando bom exemplo. Prendia e soltava quem bem entendia, sem nenhum respeito ao capitão-mor, obrigando os índios a dar-lhe, semanalmente, duas *cunhãs* para seu serviço doméstico, carregar água, e mais ainda, vivendo escandalosamente amasiado com uma preta, que tinha de portas adentro, diz uma informação do Arquivo Colonial de Lisboa, (Ceará, IV) citado por Serafim Leite.

Aos operários, que tinha a seu serviço, não lhes pagava o salário devido. Era um tiranete à sombra de Pombal.

Diz-se que Paupina seria uma corruptela de Padre Pinto, feita pelos índios, em memória do célebre "Amanaiara", o mártir do Ceará, sacrificado pelos índios tocarijus no sopé da serra de Ibiapaba.

Dificilmente se pode provar a procedência de tal nome, dada a distância de 152 anos que separavam o mártir da Ibiapaba, morto em janeiro de 1608, dos índios que viviam em 1760 em Paupina. Os índios

não teriam tanta memória, nem tal preocução. E se tal nomenclatura viesse dos Padres, seus atuais pastôres, não viria certamente corrompida assim. O nome é indígena certamente e significa, segundo Teodoro Sampaio, "lagoa limpa", ou "descoberta". Devemos assinalar, entretanto, que "paypina", em língua aborígene tem a significação de "tonsurado, o padre que só tem coroa, o coroinha, o leigo". (Cfr. *O Tupi, na Geografia Nacional*, 4.ª edição, Salvador, 1955, pág. 261.)